

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALINE MENDONÇA FRAGA

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO:
CONTRIBUIÇÕES DE VIRGÍNIA LEONE BICUDO E LÉLIA GONZALEZ

Imbé/RS

2022

ALINE MENDONÇA FRAGA

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO:
CONTRIBUIÇÕES DE VIRGÍNIA LEONE BICUDO E LÉLIA GONZALEZ

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciada em Ciências
Sociais da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Catia Grisa

Imbé/RS

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Fraga, Aline Mendonça
Pensamento social brasileiro: Contribuições de
Virginia Leone Bicudo e Lélia Gonzalez / Aline
Mendonça Fraga. -- 2023.
56 f.
Orientadora: Catia Grisa.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Ciências Sociais,
Tramandaí, BR-RS, 2023.

1. Sociologia brasileira. 2. Interseccionalidade.
3. Gênero. 4. Raça. 5. Classe. I. Grisa, Catia,
orient. II. Título.

ALINE MENDONÇA FRAGA

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO:
CONTRIBUIÇÕES DE VIRGÍNIA LEONE BICUDO E LÉLIA GONZALEZ

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciada em Ciências
Sociais da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Catia Grisa

Data de defesa: 25 de janeiro de 2023

Banca examinadora

Prof^a. Catia Grisa (orientadora)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Departamento Interdisciplinar-Campus Litoral Norte/UFRGS

Prof^a. Fernanda Castilhos França de Vasconcelos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof^a. Camila Lago Braga

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

DEDICATÓRIA

A Sidinei Rocha de Oliveira (*in memoriam*), um grande mestre, amigo e aliado nas lutas feministas e antirracistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à família que escolhi e reconheci neste mundo e ao plano espiritual pelo suporte que torna possível a minha jornada em busca de conhecimento.

A todas as pessoas que fazem a Universidade Federal do Rio Grande do Sul existir e ser um espaço de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão. Meus agradecimentos, em específico, para o extraordinário corpo docente que a constitui. Homenageio, por fim, três docentes do curso de Licenciatura em Ciências Sociais que sempre serão inspiração:

Professora Catia Grisa, que nos acompanhou desde o início do curso e me apresentou o encantamento pela ciência política, além de ser uma orientadora paciente e assertiva;

Professor Leandro Raizer, exímio representante do ensinar com humildade, respeito e afeto;

Professora Silvia de Lima Aquino, corajosa cientista social, que construiu e coordenou nosso curso em um período tão difícil para a educação e para as ciências humanas e sociais.

Muito obrigada!

Não há hierarquia de opressão. [...] Eu não tenho como me dar o direito de acreditar que estar livre da intolerância é direito de apenas um grupo particular. E eu não posso escolher entre as frentes pelas quais devo lutar contra essas forças da discriminação, onde quer que elas apareçam pra me destruir. E quando elas aparecerem para me destruir, não demorará muito para que apareçam para destruir você.

Audre LORDE (1934-1992)¹

¹ Trecho em tradução livre do texto “There is no hierarchy of opression” (LORDE, 2009, p. 220), publicado na coletânea organizada por Rudolph P. Byrd, Johnetta Betsch Cole e Beverly Guy-Sheftall: LORDE, Audre. **I am your sister**: collected and unpublished writings of Audre Lorde. New York: Oxford University Press, 2009.

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo resgatar a trajetória e a produção intelectual de autoras do pensamento social brasileiro, no século XX, e suas contribuições no enfrentamento à interseccionalidade das desigualdades na academia e na sociedade. Realizei uma pesquisa qualitativa exploratória, inspirada na historiografia, e utilizei como técnica de coleta de informações a revisão bibliográfica. Apresentei a trajetória de vida de duas pensadoras negras relevantes para o pensamento social brasileiro – Virgínia Leone Bicudo e Lélia Gonzalez. Sintetizei a produção intelectual das intelectuais escolhidas no campo das ciências sociais e evidenciei suas contribuições para o enfrentamento das desigualdades de gênero, de raça e de classe na academia e na sociedade. Como resultados principais, destaquei a interseccionalidade presente no percurso de vida e trabalho das pensadoras e as inspirações que elas potencializam para a prática do ensino de ciências sociais, especificamente destacadas nos planos de aula incluídos como sugestão. Ambas podem ser consideradas referências nos diferentes campos profissionais que atuaram, servindo de referência para jovens, sobretudo meninas e mulheres negras periféricas, como elas um dia foram. O lugar, outrora marginal, destinado às mulheres, às mulheres negras e aos homens negros, aos povos originários e às pessoas cujas identidades de gênero (transgêneras e travestis) ou à sexualidade (lésbicas, gays, bissexuais, panssexuais, assexuais) se diferem de norma do cisheteropatriacado, não comporta mais a grandeza dessa multidão de brasileiras e brasileiros.

Palavras-chave: Sociologia brasileira. Interseccionalidade. Gênero. Raça. Classe.

ABSTRACT

This study aimed to rescue the trajectory and intellectual production of Brazilian sociopolitical thought in the twentieth century and their contributions to facing the intersectionality of inequalities in academia and society. I carried out an exploratory qualitative research, inspired by historiography, and used a bibliographic review as a technique for collecting information. I present the life trajectory of two black thinkers relevant to Brazilian sociopolitical thought – Virgínia Leone Bicudo and Lélia Gonzalez, I summarize the intellectual production of the chosen intellectuals in the field of social sciences and highlight their contributions to the confrontation of gender, race, and social inequalities. As the main results, I highlighted the intersectionality present in their life and professional path and the inspirations they leverage for teaching social sciences, specifically presented in the lesson plans included as a suggestion. Both authors can be taken as references in their professional fields and examples for young people, especially girls and women of colour from the periphery, as they both once were. The marginal place once destined for women, black women and black men, native people, and people whose gender identities (transgender and travestis) or sexuality (lesbians, gays, bisexuals, pansexuals, asexuals) differ from the cis-hetero patriarchal status quo, no longer holds the greatness of the diversified crowd of Brazilian men and women.

Keywords: Brazilian sociology. Intersectionality. Gender. Race. Class.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características da pesquisa histórica	17
---	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Homenagem à Virgínia Leone Bicudo realizada pelo Google.	19
Figura 2: A Sociologia no Brasil	23
Figura 3: Formanda Virgínia Leone Bicudo e demais formandos da turma de Bacharelado em Ciências Políticas e Sociais, em 1938	31
Figura 4: Lélia Gonzalez em três versões (anos 1960, 1970 e 1980).....	36
Figura 5: Carta de desligamento Lélia Gonzalez do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1985	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.2 Método.....	16
2 ELEMENTOS CONTEXTUAIS E SÓCIO-HISTÓRICOS	21
2.1 A trajetória do pensamento social brasileiro	21
2.1.1 As interpretações do Brasil.....	23
2.1.2 Limitações e críticas às interpretações do Brasil.....	26
3 UM RESGATE DA TRAJETÓRIA E PRODUÇÃO INTELECTUAL DE MULHERES NEGRAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	30
3.1 Virgínia Leone Bicudo	30
3.2 Lélia Gonzalez.....	34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
5 REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A	47
APÊNDICE B.....	49
ANEXO A – Matéria da BBC sobre a homenagem do Google para Virgínia Leone Bicudo, em novembro de 2022	51
ANEXO B – Matéria do portal G1 sobre Enedina Alves Marques, homenageada pelo Google em janeiro de 2023	54

1 INTRODUÇÃO

Meu interesse pelas ciências sociais foi motivado, sobretudo, por dois encontros ocorridos na minha trajetória nos últimos oito anos: primeiro com os feminismos e os estudos de gênero (CONNELL, 2016); segundo com o interacionismo simbólico e os estudos sobre carreiras (HUGHES, 1937). Esses encontros marcaram a minha construção como docente da área de administração, que busca dialogar com a sociologia para que as organizações possam ser compreendidas como versões da sociedade, que constantemente replicam dinâmicas de privilégios e desigualdades (FRAGA et al, 2021). Nesse cenário, ao longo da minha trajetória discente e, mais recentemente, docente, o incômodo com a ausência de referenciais de mulheres me acompanhou.

Mesmo na graduação em ciências sociais – curso no qual se reconhece e discute questões como gênero, raça e classe –, as bibliografias são majoritariamente escritas por homens, brancos, ocidentais – geralmente também são heterossexuais, cristãos e oriundos de famílias da elite (CARNEIRO, 2011; RIBEIRO, 2017; RIOS; LIMA, 2020). Esse apagamento de saberes locais por conhecimentos estrangeiros e de qualquer ideia que contrarie aos interesses do poder hegemônico foi chamado de epistemicídio por Boaventura de Sousa Santos (SANTOS; MENESES, 2009).

A reflexão sobre as contribuições para as ciências sociais com base no pensamento desenvolvido por autoras brasileiras é um tema que chamou a minha atenção sobretudo a partir das leituras realizadas nas disciplinas de Sociologia Brasileira, Pensamento Político Brasileiro, História do Brasil e História da Cultura Afro-brasileira e Indígena. Como feminista-branca-lésbica-classe-média (sem hierarquizar essas identidades), percebo a urgência de mitigar o epistemicídio das ciências sociais que historicamente mantém a hegemonia das bibliografias como brancas e masculinas.

Parto da noção de epistemicídio com base na leitura de **Aparecida Sueli Carneiro** (2005), que retoma o conceito proposto por Santos (1997) ao compreendê-lo como um modelo e instrumento de dominação étnico-racial que deslegitima qualquer conhecimento produzido por grupos subalternizados pelo empreendimento colonial. Em sua tese de doutorado, a autora produz uma discussão singular – *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* – com base no arcabouço teórico de Michel Foucault, sobretudo na discussão conceitual de dispositivo e de biopoder, articulando as ideias de Sousa Santos (1997) para aprofundar o debate:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Do ponto de vista teórico-metodológico, a hierarquização da população brasileira, de forma racista, classista e sexista, reforçou o modelo de ciência universal ocidental: há vozes, representantes de uma minoria, que se pretendem uníssonas e se impõem como universalmente dignas de serem escutadas, escritas e disseminadas como conhecimentos válidos. Contudo, no caso brasileiro, tais vozes representam a maioria da população (GONZALES, 1984; RIBEIRO, 2017). No ensino de ciências sociais, isso não é diferente. As bibliografias consideradas base do curso são, quase em sua totalidade, escritas por homens, brancos, ocidentais, tal como denuncia o trabalho de conclusão de curso de Souza (2018), intitulado “Epistemicídio: o silenciamento de vozes negras nos cursos de Ciências Sociais da Universidade de Brasília”.

Autoras contemporâneas, como Ribeiro (2017), apontam a necessidade de romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras e suas pautas, no sentido de olhar e nomear essa realidade. Ribeiro (2017) destaca o papel invisibilizado da mulher negra, citando Grada Kilomba e afirma que a mulher negra é o outro do outro, sendo invisibilizada nos discursos de gênero, que têm como sujeito a mulher branca; e invisibilizada nos discursos de raça, em que o sujeito é o homem negro (RIBEIRO, 2017).

Trapp (2019) pontua que há um processo sistemático de exclusão de subjetividades intelectuais femininas e não-brancas na historiografia e, conseqüentemente, no pensamento social brasileiro, demonstrando que há uma demarcação étnico racial e de gênero. Desta forma, justifica-se a emergência de pesquisas teóricas que se debruçam sobre o resgate da produção intelectual de autoras do pensamento social brasileiro, em específico, mulheres não-brancas. Compreendo, neste estudo, que o **pensamento social brasileiro compreende o conjunto de conhecimentos das três áreas centrais das ciências sociais – sociologia, ciência política e antropologia**, interrelacionado com outros campos das ciências humanas como a história, a geografia e a filosofia.

A pesquisa que proponho se encontra com a minha atual e futura prática docente inspirada em pedagogias que emergem das nossas e dos nossos, nos ecos da multidão ancestral de **Lélia Gonzalez (1935–1994)** e **Nilma Lino Gomes (nascida em 1961)**. Alicerça-se com a sociologia das ausências e das emergências, proposta por Santos (2004), que “consiste numa

investigação que visa demonstrar que aquilo que não existe é, na realidade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe” (GOMES, 2017, p. 41).

Nesse sentido, a busca por teorias do Sul e a valorização do conhecimento produzido localmente possibilita fazer da prática da pesquisa social um campo de contestação (CONNELL, 2016). Permite um movimento contra hegemônico, que não siga a tendência na qual “as experiências sociais e práticas de uma minoria privilegiada da população mundial se tornam a base da teoria, da metodologia e de generalizações que dominam a produção de conhecimento do restante do mundo” (CONNELL, 2016, p. 18-19).

Do ponto de vista pedagógico e prático, levar para estudantes de ensino médio as vozes e as vivências de mulheres, de pessoas negras e subalternizadas, propicia outros olhares sobre o Brasil, mexe com as estruturas de poder naturalizadas e instiga que busquem outras referências, o que, para mim, destaca-se como um dos principais papéis do ensino de sociologia na escola. Carneiro (2011) ratifica o papel do sistema educacional na sustentação do epistemicídio, que se constitui a partir de processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual, pelo rebaixamento da autoestima, pela produção do fracasso e evasão escolar da população negra, pela desvalorização e negação ou ocultamento das contribuições culturais do continente Africano, além do embranquecimento cultural.

Cabe destacar a relevância da noção de interseccionalidade, a partir de **Carla Akotirene**, para descolonizar a prática de ensinar, impulsionar a representatividade do povo brasileiro e abrir espaço para um debate potente acerca das hierarquias de opressão (AKOTIRENE, 2019). Identifico-me, particularmente, com a discussão sobre interseccionalidade vista como lente teórico-metodológica e de ação política estratégica para a transformação social sob viés decolonial (CURIEL, 2017). O trecho da entrevista de Ochy Curiel (antropóloga afro-dominicana) reflete meu pensamento e lugar em termos de gênero, raça, classe e sexualidade:

Acredito que qualquer projeto lesbofeminista antirracista frente ao capitalismo tem que pensar tudo e atuar sobre essas diferentes dimensões. [...] E o que a proposta da interseccionalidade faz? Como seu nome indica, intersecciona. Então, o problema da interseccionalidade é que, por meio dela, primeiro se assume que as identidades se constroem de maneira autônoma, quer dizer, que minha condição de mulher está separada da minha condição de negra e que minha condição de negra também está separada da minha condição de lésbica. E de classe. Esse é o primeiro problema. E que há um momento em que, como as autopistas, isso se intersecciona (CURIEL, 2017, p. 115-116).

Penso que o descolonizar do conhecimento é um dos maiores desafios de estudantes e professoras(es) de ciências sociais brasileiras(os), em face do histórico teórico-epistemológico ancorado nos saberes do Norte global. Em um país com maioria populacional formada por pessoas negras e mulheres, conforme dados atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2021), é urgente que se reflita sobre o aprender baseado na história contada por homens brancos americanos e europeus. Ressignificar as vivências que foram caladas ao longo do tempo, como as de raça, de classe e de gênero, torna visível quem foi considerada(o) coadjuvante até em sua própria história, implícita(o) nas universalizações coloniais do conhecimento.

Nesse sentido, elejo como questão de pesquisa: **que contribuições interseccionais podem ser visibilizadas para a prática do ensino de ciências sociais a partir do resgate da trajetória e produção intelectual de autoras do pensamento social brasileiro no século XX?**

Com base na questão proposta, o estudo tem por objetivo geral: **resgatar a trajetória e a produção intelectual de autoras do pensamento social brasileiro, no século XX, e suas contribuições no enfrentamento à interseccionalidade das desigualdades na academia e na sociedade.** Assim, os objetivos específicos são:

- a) apresentar a trajetória de vida de pensadoras negras relevantes para o pensamento social brasileiro;
- b) sintetizar a produção intelectual das intelectuais escolhidas no campo das ciências sociais;
- c) evidenciar as contribuições das autoras para o enfrentamento das desigualdades de gênero, de raça e de classe na academia e na sociedade.

Para alcançar os objetivos propostos, apresento, na sequência, o método da pesquisa e os percursos que me levaram às autoras nacionais cujas trajetórias e obras foram aprofundadas no presente estudo. Dessa forma, antecipo possibilidades de qualificar o ensino de ciências sociais e honrar o legado de mulheres que fizeram e fazem parte da nossa história.

1.2 Método

A presente pesquisa toma a abordagem qualitativa como possibilidade de trazer olhares que ficariam invisíveis nas grandes narrativas. A pesquisa qualitativa contribui para as ciências

sociais ao voltar-se para o local, temporal e situacional como contexto específico de análise (FLICK, 2004). O estudo é do tipo exploratório (GIL, 2002) e utilizo como fonte de coleta os referenciais bibliográficos disponíveis de modo impresso (livros) e digital (livros e artigos). O material digital foi coletado na base Google Acadêmico, cuja amplitude resulta em uma cobertura abrangente da literatura científica em nível mundial (FRAGA et al, 2022).

Por pesquisa bibliográfica compreende-se aquela desenvolvida a partir de material já publicado, sobretudo livros e artigos (GIL, 2002). Também me inspirei na pesquisa histórica, orientações e recursos metodológicos da historiografia, que pretendem compor um olhar interdisciplinar entre as ciências sociais e a história, percursos já utilizados em estudos seminais das ciências sociais e humanas, tais como os de Fausto (1996) e Buarque de Holanda (1995).

Quadro 1: Características da pesquisa histórica

Características	Descrição
Foco	Recapturar sistematicamente as nuances, pessoas, significados, eventos e ideias sobre o passado, os quais exerceram influência e moldaram o presente. O foco está no desenvolvimento histórico do fenômeno.
Objetivos e tipos de problemas mais adequados	Busca entender o processo de ação e criação em um contexto histórico específico; pesquisa diversos elementos relacionados ao passado nos quais o interesse recai em alguns poucos eventos ou objetos de pesquisa compreendidos como únicos ou singulares.
Principais fontes de dados	Relatórios confidenciais; registros públicos; documentos do governo; editoriais de jornais e histórias; crônicas; músicas; poesias; folclores; filmes de entrevistas; fotos; artefatos.
Forma de coleta de dados	Coleta de artefatos, documentos e oralidades por meio de pesquisa arquivística, pesquisa documental, história oral, história biográfica, arqueologia industrial, entre outras técnicas específicas que objetivam a reconstituição de um evento ou curso de ação.
Estratégia de análise de dados	Descrição, análise e interpretação do desenvolvimento histórico do fenômeno. Método comparativo, cliometria, análise de conteúdo, análise de discurso, análise contrafactual, métodos de datação, reconstituições, entre outros.

Fonte: Adaptado de Appio *et al.* (2017).

Schwarzc (2001), ao elaborar pertinentes contribuições do ofício de historiador(a) para o conhecimento social, destaca a historiografia renovada da Escola dos Annales, que se propõe [...] “ao combate de uma história narrativa e do acontecimento, à exaltação de uma historiografia do problema, à importância de uma produção voltada para todas as atividades

humanas e não só à dimensão política e, por fim, à necessária colaboração interdisciplinar” (SCHWARCZ, 2001, p. 10). A escola dos Annales (1929 – 1989) – também chamada de História Nova, é originária na França e conhecida como um movimento de três fases: a primeira (1920-1945) singela, porém radical e subversiva, busca se contrapor à história tradicional, à política e aos eventos; a segunda (entre 1945-1968) inaugura conceitos como estrutura e conjuntura histórica e o método da história serial; a terceira (após 1968) é marcada pela fragmentação, permanecendo como marca fundamental a interação entre história e ciências sociais e “uma história que busca harmonizar uma organização cronológica a uma temática” (BURKE, 1997, p. 13).

Estudos baseados em documentos como material primordial, caso das pesquisas históricas, exigem a seleção, a organização e a interpretação de acordo com os objetivos da investigação proposta (PIMENTEL, 2001). Tomei atenção para seções de apresentações dos livros, a partir das reflexões de Hartog (2001), que entende os prefácios como “pontos de observação a partir dos quais [...] se pode apreender um projeto historiográfico singular, configurações do saber, conjunturas intelectuais e políticas” (HARTOG, 2001, p. 10).

Considerando tais abordagens e inspirações metodológicas, explico, a seguir, os caminhos que me levaram à escolha de duas autoras cujas trajetórias apresentam, de antemão, potenciais contribuições para as ciências sociais do ponto de vista teórico e prático.

A primeira autora selecionada foi **Lélia Gonzalez**. Gonzales foi-me apresentada pela leitura de uma intelectual negra do nosso tempo – a filósofa **Djamila Ribeiro** – com as construções desenvolvidas no livro “Lugar de Fala”, lançado em 2017, pela Coleção Feminismos Plurais. Dois livros publicados mais de 10 anos após o falecimento da autora serviram de referencial principal: “Lélia Gonzalez”, lançado em 2010, por Alex Ratts e Flavia Rios e “Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos”, publicado em 2020, que reúne uma coletânea de textos publicados por Gonzalez ao longo da vida, organizados por Flavia Rios e Márcia Lima.

A segunda pensadora escolhida – que no tempo cronológico precede Lélia Gonzalez – (re)conheci de modo peculiar e característico do atual contexto digitalmente informado que vivemos. Em 21 de novembro de 2022, o Google fez uma homenagem à primeira psicanalista brasileira sem formação médica: **Virgínia Leone Bicudo** (1910 – 2003).

FIGURA 1: HOMENAGEM À VIRGÍNIA LEONE BICUDO REALIZADA PELO GOOGLE.



Fonte: Google Doodle, divulgação em 21 de novembro de 2022.

O que eu não sabia é que a data celebrava também o aniversário de seu nascimento, há 112 anos, e posicionava sua contribuição não só ao campo da psicanálise, mas à sociologia. Bicudo formou-se sociológica na década de 1930 e foi uma das primeiras professoras universitárias negras do Brasil.

Para resgatar a produção de Bicudo, realizei uma busca simples no Google Acadêmico, conforme orientações de Fraga et al. (2022), com os termos “Virgínia leone bicudo” + “ciências sociais”, selecionando por idioma (português), grau de relevância, em qualquer período temporal. Os resultados indicaram 229 textos que mencionavam a intelectual, assim, por relevância, as três primeiras páginas de busca foram examinadas.

Serviram como fontes iniciais para a revisão bibliográfica a tese de doutorado “Os Segredos de Virgínia - Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)”, defendida por Janaina Damaceno Gomes, em 2013, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. E o trabalho de conclusão de curso intitulado “Pioneirismo e memória: uma sociobiografia da socióloga negra Virgínia Leone Bicudo”, defendido por Gabriela da Costa Silva, em 2021, para a obtenção do título de Bacharela em Sociologia na Universidade de Brasília, Brasília.

Antes de apresentar a organização dos próximos capítulos, destaco dois pontos importantes: primeiro, as obras literárias das autoras selecionadas foram centrais à investigação. Considerando os objetivos da pesquisa, foram incluídas como fontes da análise documental: fotografias, registros públicos, notícias, editoriais de jornais e revistas, textos das autoras divulgados em veículos acadêmicos e não acadêmicos, e livros publicados e; segundo,

nenhuma pensadora negra foi referência básica essencial ou básica para estudo durante o meu percurso na licenciatura em ciências sociais.

O trabalho é organizado nos seguintes capítulos, seguidos da introdução e método: o **capítulo 2** apresenta elementos contextuais e sociohistóricos, que inclui a trajetória do pensamento social brasileiro, as interpretações do Brasil e a interseccionalidade na presença de mulheres no campo das ciências (sociais) brasileiras; o **capítulo 3** apresenta o resgate da trajetória e produção intelectual de mulheres negras nas ciências sociais, em específico, das pensadoras brasileiras Virgínia Leone Bicudo e Lélia Gonzalez e; por fim, as considerações finais da pesquisa.

2 ELEMENTOS CONTEXTUAIS E SÓCIO-HISTÓRICOS

Neste capítulo, apresento uma revisão geral sobre a história brasileira no que se refere à trajetória de formação e consolidação do pensamento social do país, evidenciando autorias consideradas intérpretes do Brasil ao longo do século XX.

2.1 A trajetória do pensamento social brasileiro

A constituição do campo de conhecimento que compõe o pensamento social brasileiro surge com as marcas do início do século XX, no qual mudanças sociais, econômicas e políticas trouxeram modificações intensas para a sociedade como um todo, evidenciadas no âmbito do trabalho, da educação e da cultura nacional (SCHWARTZ; BOTELHO, 2011). A noção de pensamento social é caracterizada pela interdisciplinaridade na área de pesquisa, que se ancora nas tradições intelectuais da tríade central para as ciências sociais – a ciência política, a antropologia e a sociologia – mas compreende, outrossim, a história, a filosofia, a literatura, o direito, a geografia, entre outras disciplinas (SCHWARTZ; BOTELHO, 2011).

Como ponto de partida, é indispensável considerar a construção histórica do período colonial. Entre 1500 até 1800, o legado português resultou em uma conjuntura social de profunda desigualdade, caracterizada pela estrutura agrária de monocultura, capitalista e latifundiária, fundada no trabalho compulsório, na grilagem de terras e no esgotamento da capacidade produtiva pela relação invasiva e abusiva com os recursos naturais (FAUSTO, 1996). Não há dados sobre o número de indígenas que viviam no Brasil quando da chegada de portugueses, mas estimam-se aproximadamente cinco milhões somente na região amazônica. Tupis-guaranis e tapuias ocupavam quase toda a costa brasileira, do Ceará até a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, bem como a faixa litorânea do Norte a São Paulo e de lá até o extremo Sul brasileiro (FAUSTO, 1996). Na tentativa de manter suas heranças sociais, culturais e até mesmo biológicas, as tribos que conseguiram resistir aos ataques portugueses durante o período colonial migraram para locais isolados e, conseqüentemente, mais pobres.

A passagem do Império (1822-1889) para a Primeira República ou República Velha (1889-1930) representou um trajeto único, sem rupturas significativas quanto ao modo de organização social anterior (MURILO DE CARVALHO, 2002). A única exceção nesse continuum é a abolição da escravidão em 1888. Apesar de incorporar a população escravizada aos direitos civis, há um labirinto de indagações quanto à efetiva mudança política e social a partir desse período (FAUSTO, 1996; MURILO DE CARVALHO, 2002). Quando da

independência, o Brasil não tinha cidadãs brasileiras e cidadãos brasileiros, mas “uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista” (MURILO DE CARVALHO, 2002, p. 18).

Nesse sentido, para compreender a tradição do pensamento social, destaca-se o pensamento político brasileiro, iniciado em 1808, com estudiosos que eram os próprios deputados e senadores do Império (LYNCH, 2019). De caráter eminentemente jornalístico, os intelectuais da época centravam-se na produção de textos e panfletos, em geral, divulgados para atacar adversários políticos. Em 1870, nomes como Quintino Bocaiuva e Joaquim Nabuco firmaram-se como os primeiros intelectuais importantes de crítica política. Assim, iniciava uma sutil separação entre a atividade política ligada a partidos e o jornalismo político ou intelectual público (ALONSO; 2009; LYNCH, 2019).

Nesse sentido, destaca-se que Joaquim Nabuco é considerado percussor do pensamento social brasileiro, com contribuições tanto para a formação da ciência política como para a sociologia no Brasil, a partir da publicação de “O abolicionismo”, em 1883, obra na qual atrelou a escravidão à organização do Brasil como nação (NABUCO, 2003). De tal modo, essa forma de instituição é a mais ampla expressão de poder que definiu não só a organização social, mas também a estrutura de desigualdade de classes, a economia, o Estado, a política e a cultura brasileira. Anteriormente ao início do período republicano, o abolicionismo foi o grande enfoque de Nabuco, pois considerava que a escravidão era uma deformação ilegal e ilegítima da sociedade, que corrompia pessoas e instituições. O autor propunha reformas, naquele tempo, revolucionárias para o contexto brasileiro, como trabalho livre, educação universal, democratização da propriedade da terra, previdência social e liberalismo econômico (NOGUEIRA, 2010).

Do ponto de vista de Candido (2006), a sociologia brasileira, entre 1880 e 1930, foi praticada por intelectuais “não especializados”, que buscavam interpretar de modo global a sociedade brasileira. Esse período é marcado pela influência do Direito e do Evolucionismo no pensamento intelectual, assim, a orientação cientificista aviltada à época, pautou conjuntamente as elaborações de leis, a construção da estrutura política e as definições das bases das relações sociais e econômicas. Nesse período, não há registros sobre ensino e tampouco sobre pesquisas empíricas acerca da realidade social brasileira. O autor toma a fase de 1930 a 1940 como de transição, já que é após 1940 que a sociologia como instrumento de análise social se consolida no campo teórico, de pesquisa e aplicação (CANDIDO 2006). Sobre a herança histórico-cultural da sociologia no Brasil, Liedke-Filho (2005, p. 378) sintetiza, na figura 2, influências, temas, problemáticas e etapas:

FIGURA 2: A SOCIOLOGIA NO BRASIL

INFLUÊNCIAS LOMBROSO SPENCER COMTE	DURKHEIM DEWEY	ESCOLA DE CHICAGO	MARX (WEBER) MANHEIM	GOLDMANN LUCKÁCS SARTRE	GRAMSCI ALTHUSSER	ELIAS HABERMAS FOUCAULT GIDDENS BOURDIEU WEBER
TEMAS IDENTIDADE NACIONAL MISCIGENAÇÃO RACIAL VISÃO PESSIMISTA	ESCOLA NOVA E DEMOCRATIZAÇÃO MISCIGENAÇÃO RACIAL VISÃO OTIMISTA	RELAÇÕES RACIAIS E DEMOCRACIA RACIAL ESTUDOS DE COMUNIDADE TRANSIÇÃO PARA A MODERNIDADE DOIS BRASIS				MULTI-CULTURALISMO RAÇAS GÊNERO DIREITOS HUMANOS VIOLÊNCIA DESIGUALDADES SOCIAIS RELIGIÕES REPRESENTAÇÕES SOCIAIS IDENTIDADES SOCIAIS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS REATIVAÇÃO DA SOC. CIVIL
PROBLEMÁTICAS VISÃO RACISTA X RELATIVISMO QUESTÃO RACIAL LIBERAIS X AUTORITÁRIOS FORMAÇÃO ESTADO NACIONAL		SOCIEDADE TRADICIONAL X SOCIEDADE MODERNA MODERNIZAÇÃO X DEPENDÊNCIA X NACIONALISMO SUBDESENVOLVIMENTO X DESENVOLVIMENTO				AUTORITARISMO X DEMOCRATIZAÇÃO
ETAPAS DA SOCIOLOGIA PENSADORES SOCIAIS	Cátedras em Escolas Normais SOCIOLOGIA DE CÁTEDRA 1924 1934	Curso Sociologia e Política USP Escola Livre Sociologia e Política SOCIOLOGIA CIENTÍFICA		Expansão PG Cassações CRISE E DIVERSIFICAÇÃO 1967		Grupos de Pesquisa CRÍSE CIBERCA DE NOVA IDENTIDADE 1984/5
1888/9	1930	1937	1954	1974	1985	2002

Fonte: Liedke-Filho (2005, p. 378).

Retoma-se que, em âmbito mundial, o final do século XIX e o início do século XX são marcados por profundas transformações sociais, econômicas e políticas que se refletem na sociedade e nas relações de trabalho como um todo. A industrialização, a produção em massa, a emergência dos sindicatos e as precárias condições de trabalho são questões relevantes para esse período. Não à toa, a divisão social do trabalho é a discussão que marca o início do campo sociológico (BASTOS, 1991). No início do século XX, vivencia-se a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, posteriormente, a Crise de 1929, fatos históricos que repercutem em mudanças socioeconômicas e políticas nos países.

2.1.1 As interpretações do Brasil

O período de formação da sociologia no Brasil, entre 1920 e 1930, coincide com a organização política da República Velha e a sua consolidação, até 1945, tendo como cenário a Revolução de 1930 e o Governo Getúlio Vargas. Intelectuais da elite brasileira mobilizaram-se para pensar o país: O que é o Brasil? Qual é a identidade do povo brasileiro? O que constitui o Brasil como nação? O debate sociológico foi fomentado por “Casa Grande e Senzala” (1933)

de Gilberto Freyre; “Raízes do Brasil” (1936) de Sérgio Buarque de Holanda; e “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942) de Caio Prado Júnior. Esses autores ficaram conhecidos como intérpretes do Brasil e influenciadores do que, então, constituiu-se como possibilidade de uma identidade nacional (CANDIDO, 1995).

Compreender as características que nos diferenciavam das sociedades consideradas avançadas foi um debate extenso, porém com pouco consenso, com exceção de alguns pontos: o longo período de escravidão, os resquícios coloniais, a economia agrária e o papel secundário e subordinado da mulher na sociedade, excluindo uma mão de obra significativa para a economia da colônia (BASTOS, 2013). Até 1930, a também conhecida política oligárquica café-com-leite oscilava entre a divisão dos poderes no eixo São Paulo-Minas Gerais, somente rompida com a Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder. Assim, pode-se dizer que a Sociologia se institucionaliza e se sistematiza como campo de atuação e disciplina em um momento de mudanças culturais, combinadas com um desejo da sociedade brasileira de tomar consciência sobre si própria (BASTOS, 1991). A exemplo, a chamada Geração de 1930 é influenciada pela intensa agitação cultural promovida pelo movimento modernista. A Semana de Arte Moderna, organizada pela elite paulistana, em 1922, é um fato relevante. Também é da elite paulista que emergirá, anos depois, uma tradição de pensamento social brasileiro, firmada pela Universidade de São Paulo (USP).

Uma das questões emblemáticas para o pensamento social brasileiro foi a obra de Gilberto Freyre (1900-1987), dada a sua influência significativa no debate crítico acerca do “mito da democracia racial brasileira” (FERNANDES, 2008). Escrita por um homem branco, descendente da aristocracia rural do Recife, a obra de Freyre advogava que, para além de uma democracia política, o Brasil constituiu uma democracia racial única, pelo encontro de três raças, no local e contexto ocorrido, ou seja, uma defesa dos benefícios da convivência pretensamente natural e harmoniosa entre indígenas, europeus e africanos, no clima dos trópicos e na condição de latifúndio (FREYRE, 2006). Assim, construiu uma narrativa – que caiu muito bem à intenção desenvolvimentista da elite política –, mostrando que o contexto social brasileiro, marcado pela miscigenação, conferia ao país uma vantagem única no mundo, ressaltando o encontro da diversidade étnico-racial estabelecida.

É importante ressaltar a importância da obra de Freyre para o momento histórico e destacar suas análises pertinentes sobre o Brasil. Suas contribuições contemplaram apreciações acerca da formação da sociedade patriarcal ou patriarcalismo, com reforço para elementos que constituem a sociedade brasileira e que estariam tanto no apelo biológico como na construção social, imbricada pela raça, vida sexual e alimentação. Passados quase 100 anos, ainda é

possível observar que as marcas do Brasil colonial, escravocrata e patriarcal, seguem determinante em condutas, ideias, atitudes e pelo que se entende como moral sexual no Brasil (FREYRE, 2006). Cabe pontuar que a normalização dos abusos sexuais contra as meninas e as mulheres escravizadas, bem como a visão asséptica acerca do racismo e da violência estrutural que se constituía à época são pontos de crítica à obra do autor.

Já Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), em “Raízes do Brasil”, traz como uma de suas principais contribuições a compreensão de como as estruturas do país se organizam para instaurar o capitalismo. Ao adentrar e aprofundar as raízes brasileiras, o autor reflete em suas análises porque o Brasil é o Brasil. Um ponto relevante nessa construção é a corrupção como um traço cultural brasileiro. Holanda (1995), inspirado pela obra de Max Weber, utiliza do recurso metodológico dos tipos ideais para analisar os elementos que formaram nosso destino histórico, como remonta Candido, na página 13 da apresentação do livro, a saber: “trabalho e aventura, método e capricho, rural e urbano, burocracia e caudilhismo, norma impessoal e impulso afetivo – são pares destacados na estrutura social e política pelos quais é possível analisar e compreender o Brasil e os brasileiros” (CANDIDO, 1995, p. 13).

A metáfora do homem cordial, orientada pela sociologia weberiana, pode ser considerada o conceito de destaque na obra. No quadro da família brasileira, Holanda (1995) expõe o incômodo com a impessoalidade do Estado brasileiro, e a sobreposição do privado sob o público, fazendo referência aos entendimentos de burocracia e patrimonialismo, também de base weberiana. Essa tendência em tornar familiares as relações sociais envolve o modo como a sociedade brasileira se relaciona com a política, mais precisamente, com os políticos. As relações íntimas, privadas, invadem os interesses públicos e são algumas das razões para que a corrupção seja tão naturalizada no país. A cordialidade se sobrepõe à racionalização e à impessoalidade no trato, alimentando, assim, a desigualdade estrutural da sociedade brasileira. É preferível proteger aos seus do que aos estranhos; deste modo, as relações de proximidade e confiança devem estar acima das regras. Os efeitos dessa cordialidade trouxeram atrasos para a industrialização brasileira, tendo em vista que valores rurais e de exploração colonial persistiam (HOLANDA, 1995).

Com relação a Caio Prado Júnior (1907-1990), na obra “Formação do Brasil Contemporâneo”, o entendimento de sentido da colonização para pensar o Brasil enquanto uma colônia de exploração é o ponto central. Em síntese, a totalidade da colônia estava subordinada aos interesses da totalidade da metrópole, tanto nas atividades agrícolas como nas de mineração. Todas as características da colônia estavam relacionadas a alguma forma de exploração, o que foi chamado por Prado Jr. de “vida orgânica da colônia”, orientada para a satisfação da

metrópole. O que não estivesse relacionado com a metrópole, constituiu-se como setor inorgânico, ou seja, como um papel socialmente subalterno (PRADO JÚNIOR, 2011). Na visão do autor, o Brasil forjou sua história principalmente em três características conectadas: a consolidação da produção de bens direcionados para o mercado externo, realizada em grandes espaços de unidades de terra (latifúndio), com o abuso do trabalho de pessoas escravizadas (PRADO JÚNIOR, 2011). A relevância das contribuições do autor às ciências sociais brasileiras em muito se deveu à forma com que se afiliou ao marxismo, de modo consideravelmente diferente do dominante no país, já que usou das ideias de Marx para entender o Brasil, desde a colônia, como uma totalidade, percebida dentro do quadro de formação do capitalismo no mundo (RICUPERO 2009; 2011).

Em razão desse cenário e da herança histórica colonial, os elementos de atraso da sociedade brasileira foram postos. A estrutura econômico-social do país, com a produção orientada para bens estranhos à sua própria população, entrava em contradição com a organização jurídico-política, na qual a referência de Estado nacional de países capitalistas, ancorados em instituições liberais, buscava firmar um compromisso com a cidadania. As péssimas condições de trabalho, realizadas em latifúndios, por uma população totalmente alheia ao que produzia, são marcas do passado brasileiro que afligem os reflexos do presente (CANDIDO, 1995; PRADO JÚNIOR, 2011). Com diferentes enfoques e olhares sociológicos, as contribuições de Freyre, Buarque de Holanda e Prado Júnior formulam um marco histórico para compreender e refletir a sociedade brasileira, mediante transformações econômicas, políticas e sociais (BASTOS, 1991).

2.1.2 Limitações e críticas às interpretações do Brasil

Posteriormente às teorizações dos três intérpretes, em especial entre as décadas de 1950 até 1970, modificações no contexto sociopolítico brasileiro moveram um rearranjo do pensamento social brasileiro, no qual “ganhou visibilidade uma geração de intelectuais emblemáticos no empenho de construção e defesa de uma sociedade democrática e moderna que, nem por isso, aderisse acriticamente a modelos importados” (RIBEIRO, 2011, p. 27). Nomes como Antonio Candido (1918-2017), Florestan Fernandes (1920-1995) e Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), mais voltados para o debate sociológico, assim como as bases antropológicas de Darcy Ribeiro (1922-1997), Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) e Roberto da Matta (nascido em 1936) tiveram destaque (CANDIDO, 2006; LIEDKE-FILHO, 2005; PERRUSO, 2021; RIBEIRO, 2011).

Cabe destacar que tanto Fernandes como Ribeiro confrontaram radicalmente as ideias de Freyre sobre a suposta democracia racial e harmonia entre as três raças no Brasil. A escola paulista de sociologia, liderada por Fernandes, provocou fissuras no campo acadêmico com relação à harmonia entre raças na formação do Brasil. Fernandes (2008) caracterizou a democracia racial como um mito que se constituiu a partir de diversos fatores históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos e, de tal forma, que, ao negar a racialização e principalmente a hierarquia racial, forçou-se a ideia de que as oportunidades sempre estiveram disponíveis para todas as pessoas, em alinhamento com o ideal neoliberal capitalista da meritocracia. Ribeiro (1995), ao analisar o povo brasileiro com bases nas matrizes culturais e étnicas, considerou o Brasil como país de mestiços, forjados na desindianização de indígenas, desafricanização de negras e negros e deseuropeização de europeus e europeias.

Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ningüedade. (RIBEIRO, 1995, p. 453).

Florestan Fernandes foi considerado um dos poucos pensadores brancos antirracistas de sua época e, por isso, foi também um grande aliado de mulheres acadêmicas e intelectuais negras como Lélia Gonzalez. Por esse motivo, muitas de suas ideias foram compartilhadas, como a crítica à suposta democracia racial brasileira (RATTS; RIOS, 2010; RIOS; LIMA, 2020).

Gonzales (2020, p. 83), ao discutir as bases do racismo e do sexismo na cultura brasileira, teceu enérgicas críticas aos chamados “intérpretes do Brasil”, em específico à obra de Gilberto Freyre e à de Caio Prado Júnior. A autora denunciou o teor racista e de desumanização da mulher negra presentes em diversas das análises dos autores (RIOS; LIMA, 2020). Gonzalez questionou, por exemplo, as “coisas interessantes” mencionadas no livro “Formação do Brasil Contemporâneo”: “como é que a gente chegou a este estado de coisas, com abolição e tudo em cima? Quem responde é um branco muito importante (pois é cientista social, uai) chamado Caio Prado Jr [...]” (GONZALEZ, 2020, p. 83).

O trecho, a seguir, retirado da obra Prado Jr, embasa a problemática:

Realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares e muito simples. [...] A outra função do escravo, ou, antes, da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassará o nível primário e puramente animal do contato sexual,

não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para o segundo plano aquele ato que afinal lhe deu origem (PRADO JR, 2011, p. 342-343)

Na análise de Gonzalez, outra intelectual de seu tempo, a socióloga **Heleieth Saffioti** (1934-2010) é mencionada. Embora não cite o trabalho de Saffioti a que se refere, Gonzalez destacou que seu estudo foi muito mais denso e condizente com a realidade brasileira da época. Criticando, novamente, Prado Jr, Gonzales afirmou:

A única colher de chá que dá pra gente é quando fala da ‘figura boa da ama negra’, de Gilberto Freyre, da ‘mãe preta’, da ‘bá’, que ‘cerca o berço da criança brasileira de uma atmosfera de bondade e ternura’. Nessa hora a gente é vista como figura boa e vira gente. Mas aí ele começa a discutir sobre a diferença entre escravo (coisa) e negro (gente) pra chegar, de novo, a uma conclusão pessimista sobre ambos (GONZALEZ, 2020, p. 87).

Por fim, pode-se concluir que a formação do pensamento social brasileiro ocorreu imbricada com os contextos de transformações mundiais da época e sobretudo com o processo de construção do Brasil enquanto país livre da metrópole portuguesa. Chama a atenção o caráter colonizado, elitista e hegemônico na construção do campo, tendo em vista que somente após 1920 – com a crise do pacto oligárquico – é permitido que intelectuais nacionais – pertencentes às elites, frisa-se – recebam espaço para pensar o Brasil (BASTOS, 2013; CANDIDO, 2006). E desse “espaço para pensar o Brasil”, as mulheres foram excluídas.

A sistematização do pensamento social e político nacional aconteceu articuladamente com a institucionalização da própria sociologia brasileira, naquele momento, voltada para a compreensão do atraso da modernização do Brasil em relação a outras nações (BASTOS, 2013). Como pontua Bastos (2013, p. 289), às ciências sociais coube o papel de produzir “uma narrativa e uma interpretação do país que, ao mesmo tempo, ancora discursos, medidas institucionais, comportamentos políticos e o senso comum que fundam a cultura política”.

Por essa razão, a interação entre o triângulo autoria-obra-público é tão relevante para compreender a tradição do pensamento social brasileiro, ou seja, estudar as(os) próprias(os) intelectuais e suas interpretações compreende parte da constituição da reflexão sociológica nacional (BASTOS, 2013). Almeida (2019) aponta o paradoxo do pensamento social brasileiro ao elencar a questão da raça como um tema essencial que mobiliza a intelectualidade brasileira desde o século XIX, ao mesmo tempo em que invisibiliza a produção acadêmica, o ativismo e as narrativas de negros e negras. O apagamento de episódios, de personagens e de narrativas da história brasileira é evidenciado pela ausência de referências de intelectuais negras e negros,

mulheres e indígenas no campo teórico e prático das ciências sociais.

Para concluir este capítulo, trago o questionamento que me acompanhou durante a licenciatura em ciências sociais e que espero, num futuro próximo, não persista na caminhada acadêmica de outras(os) estudantes diversas(os) como eu. Então: **onde estão as mulheres no pensamento social (político e antropológico) brasileiro?** A interseccionalidade na presente-ausência de mulheres no campo das ciências (sociais) brasileiras é apresentada, no próximo capítulo, com o resgate da trajetória e produção intelectual de autoras nacionais, duas mulheres negras, de diferentes origens e perspectivas teóricas, que se encontram nos cruzamentos de gênero, raça e classe.

3 UM RESGATE DA TRAJETÓRIA E PRODUÇÃO INTELLECTUAL DE MULHERES NEGRAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Resgatar a história brasileira a partir de olhares afrocentrados e indígenas é um processo de aprendizagem profundo e reflexivo. Pensamentos, vozes e escritos de autorias não-brancas e não-masculinas sempre existiram no nosso país, resistindo aos sistemáticos apagamentos do passado. No presente-futuro que se anuncia, mulheres que representam aquelas e aqueles que foram e são maioria (exilados, por tempo demais, à sombra da minoria) serão referência na formação escolar e universitária brasileira, principalmente nas ciências sociais. Nesse intuito, apresento, a seguir, as trajetórias de Virgínia Leone Bicudo e Lélia Gonzalez.

3.1 Virgínia Leone Bicudo

QUANTO MAIS SUBIMOS NAS CLASSES SOCIAIS, TANTO MAIS AUMENTA A CONSCIÊNCIA DE COR E TANTO MAIOR O ESFORÇO DESPENDIDO PARA COMPENSAR O SENTIMENTO DE INFERIORIDADE. [...] ENTRETANTO, A ASCENSÃO OCUPACIONAL NÃO CONFERE AO PRETO O MESMO STATUS SOCIAL DO BRANCO, CONSIDERADAS AS RESTRIÇÕES DEMARCADAS NA LINHA DE COR, AO PASSO QUE O MULATO GARANTE SUA INCLUSÃO NO GRUPO DOMINANTE, EMBORA EM SUA PERSONALIDADE PERMANEÇAM AS CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO MENTAL.

VIRGÍNIA LEONE BICUDO (1945)²

Virgínia Leone Bicudo (1910-2003) nasceu em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo (SP) e foi uma socióloga e psicanalista pioneira. Nasceu em uma família interracial e periférica, formada por uma mãe branca, imigrante italiana, e um pai negro, filho de um casal de imigrantes africanos, que foram escravizados no Brasil. O interesse pela medicina pode ter sido influenciado por seu pai, um jovem “bastante ambicioso que desejou avidamente ingressar na Faculdade de Medicina de São Paulo, o que lhe foi obstado por um professor que acreditava que aquele não era um lugar para negros” (GOMES, 2013, p. 42-43).

² BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo (1945)**. Dissertação (Mestrado). Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Edição organizada em livro por Marcos Maio. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

No anuário de formatura do Curso de Bacharelado em Ciências Políticas e Sociais da Universidade de São Paulo (USP), a foto de Bicudo é a primeira da segunda fileira, de baixo para cima. Na mesma turma, foram formados os sociólogos Oracy Nogueira (1917-1966) – homem branco, que, diferentemente de Bicudo, tornou-se bastante conhecido e referenciado como pensador da questão racial brasileira (NOGUEIRA, 2007) –, Florestan Fernandes e Alberto Guerreiro Ramos. Dos três, Guerreiro Ramos era o único negro e, não por coincidência, é o menos estudado nas ciências sociais (MAIO, 2015).

FIGURA 3: FORMANDA VIRGÍNIA LEONE BICUDO E DEMAIS FORMANDOS DA TURMA DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS, EM 1938



Fonte: Tese de doutorado “Os segredos de Virgínia” de Gomes (2013, p. 14).

Alguns anos depois, em 1945, Bicudo concluiu o mestrado pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), tornando-se mestra em sociologia com a defesa da dissertação intitulada “Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo”, orientada por Donald Pierson. Apesar da inadequação do termo “mulato” para a atualidade do debate racial, à época, era uma nomenclatura usual para caracterizar pessoas negras de pele clara, hoje caracterizadas como pardas. Revisitando a obra de Bicudo, Barbosa e Ferreira (2020) explicam

que as(os) participantes de sua pesquisa foram organizadas(os), de acordo com uma classificação racial, sendo: a) pretos aquelas(es) com pele escura (hoje chamada de pele retinta, na discussão sobre colorismo) e cabelos crespos, cuja(o)s genitoras(es) tinham características idênticas, e b) “mulatas(os)”, as pessoas negras de pele clara, com ambas(os) genitoras(es) também pardos ou um(a) genitor(a) preta(o) ou parda(o) e a(o) outra(o) branca(o).

Além do ineditismo do tema, a dissertação de Bicudo foi inovadora na sua abordagem metodológica: “pela primeira vez temos um trabalho acadêmico realizado por uma acadêmica negra onde os negros surgem não como objeto, mas como sujeitos com opinião” (GOMES, 2013, p. 94-95). Com abordagem aproximada dos pressupostos do interacionismo simbólico, a pesquisadora buscou conhecer as vivências, os modos de agir e os pensamentos e de pessoas negras, para compreender a forma como se davam as relações raciais na capital paulista (BARBOSA; FERREIRA, 2020; GOMES, 2013).

O estudo foi realizado entre 1941 e 1944 com relatos de entrevistas de 31 homens e mulheres pertencentes às classes baixas e intermediárias paulistanas. Virgínia também entrevistou um informante chave, dirigente da Frente Negra Brasileira (FNB), e analisou as publicações do folhetim mensal mantido por essa associação (BARBOSA; FERREIRA, 2020). Barbosa (2018) sistematiza seis núcleos de sentido acerca das relações raciais na perspectiva das pessoas entrevistadas por Bicudo (2010). Cada núcleo é um título autoexplicativo, que representa uma fala: 1) Branquitude e suposta superioridade do branco: “Aqueles negros da rua Direita deveriam fazer como você: estudar é viver no meio da gente”; 2) Identidade: “O negro não quer ser negro”; 3) Discriminação racial: “Sou doente e sei, portanto, onde me dói”; 4) Isolamento e rejeição: “Não reagi para evitar conflitos inúteis”; 5) Gênero e branqueamento: “Não seria capaz de amar um preto ou um mulato”; 6) Classe e raça: “Fulano é doutor, mas é preto...”.

No mesmo período no qual desenvolveu a pesquisa, Bicudo iniciou sua trajetória como docente na ELSP, ministrando a disciplina de “Higiene e Saúde Mental” com Durval Bellegarde Marcondes (higienista e fundador do movimento psicanalítico brasileiro). Assim, na década de 1940, Virgínia torna-se uma das primeiras mulheres negras professoras da USP (SILVA, 2021). Marcondes e Bicudo foram as figuras centrais para a fundação da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, em 1967³. O reconhecimento como precursora da psicanálise com o público infantil veio acompanhado da popularização de seu conhecimento: Bicudo criou o projeto “Nosso mundo mental”, que

³ MARCONDES, Durval. Resumo biográfico. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, v. 24, n. 4, p. 121, 2004. Disponível em: <https://x.gd/CnnpW>. Acesso em: 14 jan. 2023.

consistia em um programa de rádio (Rádio Excelsior) e uma coluna de jornal (Folha da Manhã), conforme apontou Gomes (2013). Sobre seus caminhos entre a sociologia e a psicanálise, algumas ponderações são pertinentes e envolvem, também, as permissões que mulheres como Bicudo enfrentavam à época.

Durante seu trabalho na sociologia, Bicudo nota que seu interesse estava em compreender o psíquico e não os fenômenos sociais, a partir de sua experiência com Durval lecionando e sua formação no curso de Higiene Mental, a socióloga decide se debruçar sobre a psicanálise e estudar mais sobre o tema. Um fato curioso, acerca deste momento, está em um de seus relatos, Bicudo afirma que ao procurar Durval para iniciar os estudos na psicanálise, este solicitou que ela trouxesse uma autorização assinada por seu pai, permitindo que ela participasse das reuniões e discussões sobre o tema (SILVA, 2021, p. 26).

A abertura do texto de Schechter e Vidal (2020), destacado a seguir, oportunizou uma sequência a questionamentos urgentes e trouxe informações compartilhadas que me trouxeram inúmeras reflexões, mas poderiam ser sintetizadas em: **por que nunca ouvimos falar de Virgínia Leone Bicudo na licenciatura em ciências sociais?**

Cá entre nós, você já ouviu falar de Virgínia Leone Bicudo? Sabe que ela escreveu uma das primeiras dissertações sobre relações raciais no Brasil? E que fez parte de uma grande pesquisa financiada pela UNESCO, entrevistando mais de quatro mil alunos em São Paulo, nos anos 1950? Bicudo, por meio das suas pesquisas, observou que o mito da democracia racial no Brasil era uma falácia e que, aqui, existia o preconceito de cor que impedia mulheres e homens negros de ascender socialmente. Não podemos deixar de dizer que Bicudo foi a primeira mulher a ser analisada na América Latina, que participou da fundação e institucionalização da psicanálise no Brasil, foi uma das primeiras professoras negras nas universidades do país, e que extrapolou as portas fechadas dos consultórios, levando a psicanálise para as rádios e jornais. Tudo isso no começo do século XX, sendo uma mulher negra e de origem humilde. Por que não falamos mais de Virgínia Leone Bicudo? (SCHECHTER; VIDAL, 2020, p. 88).

Para as questões retiradas do excerto acima, minha resposta uníssona foi: “infelizmente, não tinha ouvido falar; não sabia do pioneirismo de suas pesquisas; desconhecia a grandiosidade da sua trajetória”. É difícil precisar se o apagamento de Virgínia se deu mais no campo da sociologia ou no da psicanálise. No caso da sociologia, cabe pontuar que são escassos os acessos à sua produção intelectual. Resume-se no que foi biografado recentemente por Maio (2010), Gomes (2013), Barbosa (2018), Schechter (2020) e Silva (2021).

Assim como o seu trabalho para o mestrado, a sua pesquisa para a UNESCO demonstrou que o preconceito no Brasil não era de raça, mas sim de cor, já que os mulatos com características associadas à brancura eram assimilados e integrados aos brancos. Como o sofrimento vindo do racismo lhe era conhecido, a escuta de Virgínia Bicudo para os participantes dos seus trabalhos certamente foi diferenciada. Bicudo

abriu espaço para as vozes dos seus entrevistados na sua dissertação e na sua pesquisa para a UNESCO. Os relatos feitos décadas atrás continuam atuais. São relatos de sofrimento, de preconceito, de um racismo que se fazia presente todos os dias, nas ruas, nos trabalhos, nas escolas e também dentro das casas. (SCHECHTER; VIDAL, 2020, p. 103).

Para evidenciar as contribuições de Virgínia Leone Bicudo para a prática do ensino de ciências sociais baseada no enfrentamento das desigualdades de gênero, de raça e de classe, apresento, no Apêndice A, uma sugestão de plano de aula sobre o tema “mundo do trabalho e escolha profissional: a trajetória de Virgínia Leone Bicudo e de Enedina Alaves Marques”.

3.2 Lélia Gonzalez

EU ME SINTO ESTRANHA QUANDO SINTO QUE ESTOU SENDO ESCOLHIDA PARA REPRESENTAR O FEMINISMO NEGRO. E POR QUE AQUI NO BRASIL VOCÊS PRECISAM BUSCAR ESSA REFERÊNCIA NOS ESTADOS UNIDOS? EU ACHO QUE APRENDO MAIS COM LÉLIA GONZALES DO QUE VOCÊS PODERIAM APRENDER COMIGO.

ANGELA DAVIS (2019)⁴

Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1984), nascida Lélia de Almeida, foi uma afro-brasileira, filósofa, historiadora, antropóloga, professora, tradutora e ativista política, que, através da sua leitura decolonial, desenvolveu teorizações inéditas ao conectar os marcadores sociais da diferença de classe, raça e gênero com as relações de poder. Para além da abordagem interseccional que cunhou, inexplorada à época em que desenvolveu sua trajetória intelectual, a autora interpretou a sociedade brasileira aproximada à de países da América e da África.

As intersecções entre a trajetória pessoal de Lélia e a história do Brasil ocorrem em diferentes momentos, a maioria deles revelam a sua potência em enfrentar percalços e seguir adiante apesar das tragédias. Filha de um homem negro ferroviário e de uma mulher indígena empregada doméstica, Gonzalez nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), sendo a penúltima descendente de 18 filhas(os) de uma família periférica.

Tal qual ocorre com a maioria das mulheres negras e pobres do país (IPEA, 2021), ingressou no mundo laboral ainda criança, como babá e empregada doméstica. Com a ascensão de seu irmão Jaime no futebol carioca, migrou com a família de Minas Gerais para o Rio de

⁴ Frase proferida em 19 de outubro de 2019, na palestra organizada pela Editora Boitempo, quando Angela Davis esteve no Brasil para lançamento de sua autobiografia “A liberdade é uma luta constante”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1xjgckTGE4s>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Janeiro (RJ), onde concluiu o ensino médio, em 1954, no Colégio Pedro II, tradicional escola carioca. Quatro anos depois (1958), graduou-se em **história**, nos quatro seguintes (1962), em **filosofia**, pela Universidade do Estado da Guanabara, atualmente Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nos anos 1980 já havia concluído pós-graduação em **comunicação e antropologia** e cursos livres em **sociologia e psicanálise**. (RATTS; RIOS, 2010).

Lélia foi casada com o argentino Luiz Carlos Gonzalez, companheiro que conheceu no período universitário. A relação com Gonzalez lhe deu mais do que o sobrenome, que seguiu como sua marca acadêmica. Apesar de ter “embranquecido a cuca” (GONZALEZ, 2020), durante a faculdade, o casamento, em 1964, veio revelar faces sobre o racismo que estavam latentes no contexto acadêmico (majoritariamente branco e masculino). A família branca de Luiz Carlos não aceitou a união interracial com Lélia e, um ano após o enlace, ele se suicidou. Com 30 anos e recém-viúva, encontrou no candomblé e na psicanálise caminhos para o autoconhecimento (RATTS; RIOS; 2010). E acabou por reconhecer as encruzilhadas que a tornavam a própria imbricação de gênero, raça e classe, e, por isso, uma inspiração de magnitude inexplicável.

Sua vasta e multifacetada formação, variada entre popular e erudita, permitiu traçar conexões e diálogos entre esferas até então tratadas em apartado, caracterizando-a por seu pensar único e originalmente interseccional. O estudo permitiu a ascensão social de Lélia Gonzalez: de babá e empregada doméstica à professora escolar e, depois, universitária, galgando assim a condição de mulher negra de classe média, posição raríssima na década de 1970. Esse processo não foi trilhado sem movimentar a identidade racial da autora, que assumiu em seus escritos ter embranquecido na medida em que adentrava os espaços de maior prestígio na sociedade. Na contramão, quanto mais estudou e se aprofundou nas discussões étnico-raciais, enegreceu. As imagens de seu arquivo histórico explicitam esse movimento racializado aos 31, 37 e 45 anos.

FIGURA 4: LÉLIA GONZALEZ EM TRÊS VERSÕES (ANOS 1960, 1970 E 1980)



Fonte: Acervo pessoal “Lélia Gonzalez Vive”. Disponível em: <https://x.gd/GCiXg>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Inserida em perspectiva decolonial, Gonzalez (2020) construiu uma nova epistemologia para compreender o Brasil, cujo objetivo foi investigar o contexto social a partir das lentes oriundas do próprio país, questionando os pilares coloniais do pensamento produzido nacionalmente pelas lentes europeias. Sua produção intelectual foi permeada por uma compreensão profunda do colonialismo vivido pela sociedade brasileira, que teve no racismo e no eurocentrismo suas principais bases.

Militante em diferentes movimentos negros desde a década de 1970, acadêmica de prestígio nacional e internacional por suas reflexões sobre a questão racial brasileira a partir de 1980 e com voz nos espaços da política partidária, Lélia Gonzalez passou a ser reconhecida como uma figura de extrema relevância para representar as demandas de pessoas negras da população brasileira junto aos deputados e senadores constituintes (RATTS; RIOS, 2010).

Nesse sentido, além da academia, a intelectual também teve importante atuação política. Nos anos 1980, foi indicada para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e, em 1982 e 1986, foi candidata a deputada federal, primeiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT), segundo pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), conquistando a suplência em ambas as oportunidades (RATTS; RIOS, 2010). Após 20 anos de ditadura militar (1964-1985), as eleições de 1986 foram um marco para o país e, também, para Lélia, que aos 51 anos se lançava por outra legenda – (PDT) – com o compromisso explícito de avançar o debate sobre raça na

política. A sua carta de desfiliação do PT, enviada para o então presidente do partido, Luís Inácio Lula da Silva (Lula), explicita suas motivações de seguir lutando pelas pessoas exploradas, oprimidas e discriminadas.

FIGURA 5: CARTA DE DESLIGAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), EM 1985



Fonte: Divulgação na rede social do sociólogo Wescrey Pontes, publicada em 22 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://x.gd/YkqQE>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Incansavelmente, conforme apontam Rios e Lima (2020), Gonzalez problematizou a forma de inserção das pessoas negras na sociedade colonial de capitalismo dependente, questionando e desconstruindo a noção de democracia racial (FREYRE, 2006). Como já mencionado, Gonzalez foi cirúrgica nas críticas sobre a suposta harmonia entre as três raças no

Brasil. Para a autora, a narrativa construída por Freyre (2006) negligenciou o racismo e a violência estrutural da colonização, forjada na exploração e na morte dos povos originários, no massacre de homens negros e, sobretudo, no abuso sexual de meninas e mulheres escravizadas, sendo as negras as que por mais tempo passaram por tal violência (GONZALES, 2020).

O ponto de virada dos debates propostos por Gonzalez (2020), em relação aos principais pensadores de seu tempo, residiu no entendimento da formação da sociedade brasileira, após a colonização, como uma estrutura de ordem patriarcal, que se constituiu na construção social de raça, de classe e de gênero (nesse caso, entendido como diferença sexual). Assim, foram prescritos os lugares sociais possíveis para homens e mulheres, conforme a sua cor, origem e sexo (no atualmente questionável sentido biológico). O Brasil colonial, escravocrata e patriarcal seguiu, portanto, pautando condutas e ideias do que se entende como moral sexual no Brasil (GONZALEZ, 2020).

As discussões da autora remetem ao lugar histórico destinado às mulheres negras no mundo de trabalho (não só) daquela época e refletem sobre como os estereótipos de gênero e raça persistem na sociedade contemporânea, reverberando nas relações sociais e, também, nas relações de trabalho. Além de Florestan Fernandes, outros intelectuais brasileiros, contemporâneos de Lélia, como Alberto Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento (1914-2012), foram pares fundamentais para discutir com densidade e seriedade as relações raciais no Brasil. A parceria acadêmica com Carlos Hasenbalg (1942-2014) deu origem ao seu primeiro livro, lançado em 1982 e intitulado “Lugar de negro”. Relançado em 2022, o estudo com o sociólogo argentino e homem branco antirracista, produziu discussões que permanecem pungentes:

Vale recordar aqui um fato muito interessante, que nos remete à ideologia do branqueamento. Como se sabe, ela consiste no fato de os aparelhos ideológicos (família, escola, igreja, meios de comunicação etc.) veicularem valores que, juntamente com o mito da democracia racial, apontam para uma suposta superioridade racial e cultural branca. Vale notar que é justamente por aí, por essa articulação entre o mito e a ideologia, que se deve entender o caráter disfarçado do racismo à brasileira (GONZALEZ; HASENBALG, 2022, p. 68).

Do ponto de vista sociocultural, Gonzalez (2020) argumentou que a teorização sobre a democracia racial foi (e é) central na manutenção da desigualdade brasileira. Primeiro, porque foi neutralizada pela cultura; segundo, porque passou por um investimento científico pautado na falsa ideia de diferença biológica. Ou seja, a intelectual denunciou a eugenia que fundou o pensamento social brasileiro. Importa lembrar que a abordagem eugenista foi tomada como ciência anos depois da abolição da escravatura (DIWAN, 2007).

Ao negar a racialização e, principalmente, a hierarquia racial (FREYRE, 2006; PRADO JR, 2011) foi criado um imaginário de que as oportunidades sempre estiveram disponíveis para todas as pessoas (GONZALEZ, 2020), alinhado com o ideal neoliberal capitalista da meritocracia, que trouxe efeitos desastrosos para o país. Ao longo do nosso percurso histórico, tais ideias contribuíram para a constituição de um imaginário social de que não há racismo no Brasil. De forma irônica, Gonzalez (1984, p. 226) escreve:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (GONZALEZ, 1984, p. 226).

A partir dos referenciais da psicanálise, especialmente Sigmund Freud (1856-1939) e Jacques Lacan (1901-1981), Gonzalez elencou cenas cotidianas da cultura brasileira, flagrando o racismo e o sexismo naquilo que poderia parecer quase inofensivo. Para ela, a iniciativa domesticadora, a transformação em corpos dóceis e colonizáveis buscou desqualificar as próprias identidades reivindicadas pela população negra. De tal modo, constituiu formas de silenciamento e invisibilização de uma consciência social permeada pelo racismo (GONZALEZ, 2020; GONZALEZ; HASENBALG, 2022; RATTIS; RIOS; 2010; RIOS; LIMA, 2020).

Em diálogo com Gonzalez, Carneiro (2011) destacou a impossibilidade de propor políticas públicas para a redução das desigualdades sociais e econômicas sem levar em consideração as desigualdades raciais, e apontou para as deficiências de políticas públicas que não consideram a dimensão racial. Nesse aspecto, ambas as autoras corroboram a necessidade de uma análise social a partir do princípio da interseccionalidade que “nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus princípios trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (AKOTIRENE, 2019, p. 46).

Para evidenciar as contribuições de Lélia Gonzalez para a prática do ensino de ciências sociais baseada no enfrentamento das desigualdades de gênero, de raça e de classe, apresento, no Apêndice B, uma sugestão de plano de aula sobre racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.

Após este capítulo, finalizo o estudo com as considerações finais, que visam sumarizar respostas para a questão de pesquisa e o atendimento dos objetivos propostos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo resgatar a trajetória e a produção intelectual de autoras do pensamento social brasileiro, no século XX, e suas contribuições no enfrentamento à interseccionalidade das desigualdades na academia e na sociedade. Para responder ao objetivo geral, os três objetivos específicos foram alcançados integralmente:

- a) apresentar a trajetória de vida de pensadoras negras relevantes para o pensamento social brasileiro;
- b) sintetizar a produção intelectual das intelectuais escolhidas no campo das ciências sociais;
- c) evidenciar as contribuições das autoras para o enfrentamento das desigualdades de gênero, de raça e de classe na academia e na sociedade.

As trajetórias de Virgínia Leone Bicudo e Lélia Gonzalez, bem com a relevância de suas vivências enquanto mulheres-negras-periféricas foram discutidas no terceiro capítulo. Além disso, a presente-ausência do pensamento de autoras nacionais no campo acadêmico das ciências sociais foi precisamente debatido no capítulo anterior, que refletiu os elementos contextuais e sócio-históricos que constituíram as interpretações do Brasil. Ambas as intelectuais nasceram no sudeste brasileiro, o que pode ser considerado um facilitador de acesso a oportunidades de estudo e trabalho. As duas também contaram com homens (destaco o pai, no caso de Virgínia; e o irmão e companheiro, no caso de Lélia) que deram suporte para suas aspirações profissionais, em período no qual os direitos das mulheres eram os mínimos possíveis – a igualdade entre mulheres e homens só ocorre com a Constituição Federal de 1988, sempre cabe destacar. Gonzalez, especificamente, teve apoio de pares antirracistas como Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg.

Da produção intelectual das autoras, destaco diversos encontros, que dizem da presença de suas próprias biografias e marcas em suas trajetórias e produções – como o interesse pelas imbricações entre raça, classe e gênero, pela educação e pela psicanálise, assim como a pioneira iniciativa de levar debates acadêmicos para os meios populares – como a rádio (Bicudo) e o ativismo político (Gonzalez). Há uma diferença de 25 anos entre o nascimento de Virgínia e Lélia, mas, pelos lugares que circularam, é curioso pensar se elas se conheceram, se houve um encontro. Dos desencontros, cabe dizer que Virgínia viveu até os 93 anos e que Lélia faleceu com apenas 59 anos. Do legado de Bicudo, ainda há muito o que desvendar; do de Lélia, muito vem sendo relevado pela iniciativa de sua família. O projeto Lélia Gonzales Vive, coordenado por sua neta, a historiadora Melina Marques, em parceria com a organização não-governamental

Nossa Causa, objetiva popularizar o pensamento da intelectual e popularizar suas produções. Melina, assim como a avó, busca interseccionar sua atuação, incluindo a sexualidade como marcador tão central como gênero, raça e classe. Em entrevista para o jornal digital Alma Preta, em maio de 2022, a historiadora contou sobre a recente iniciativa de honrar a memória de Lélia, 27 anos após a sua morte, e relatou a importância da avó para a sua caminhada pessoal.

Eu sou mulher, negra, e lésbica. Até para a questão de me assumir, mesmo sem ela aqui fisicamente, eu sabia que ela iria me apoiar. Foi uma ajuda para eu me assumir, porque nos anos 80 ela já falava sobre as questões LGBTQIA+. Ter essa segurança de que a minha avó me apoiaria sempre foi muito importante (MARQUES, 2022, n. p.).⁵

As contribuições interseccionais para a prática do ensino de ciências sociais, a partir do resgate da trajetória e produção intelectual de Virgínia Leone Bicudo e Lélia Gonzalez, foram especificamente destacadas nos planos de aula sugeridos. Ambas podem ser consideradas referências nos diferentes campos profissionais que atuaram, o que serve de inspiração para jovens, sobretudo meninas e mulheres negras periféricas, como elas um dia foram. O lugar, outrora marginal, destinado às mulheres, às mulheres negras e aos homens negros, aos povos originários, às pessoas cujas identidades de gênero (transgêneras e travestis) ou à sexualidade (lésbicas, gays, bissexuais, panssexuais, assexuais) se diferem de norma do cisheteropatriacado, não comporta mais a grandeza dessa multidão de brasileiras e brasileiros.

Indico que o tempo disponível para a elaboração de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso é exíguo para o que poderia ser feito em termos de pesquisa histórica e bibliográfica sobre autoras do pensamento social brasileiro, no século XX. Nesse sentido, o tempo foi o limitador, assim como o meu próprio conhecimento e aprofundamento foi limitado pela ausência de leituras de mulheres, sobretudo negras, durante o curso de licenciatura em ciências sociais. Se eu não tivesse uma trajetória acadêmica anterior e com alguma dedicação ao estudo dos marcadores sociais de diferença, essa pesquisa seria viável? Por fim, **questiono: a vontade de pesquisar sobre mulheres negras no pensamento social, político e antropológico é incentivada e pode ser despertada a partir do que hoje compreende as disciplinas e ementas do currículo do curso de licenciatura em ciências sociais – modalidade educação a distância (EAD) – da UFRGS?**

Para continuidade do estudo, sugiro pesquisar a trajetória e produção intelectual de **Nilma Lino Gomes** (nascida em 1961), pedagoga, mestra em educação (UFMG), doutora em

⁵ Reportagem de Pedro Borges para o portal Alma Preta – jornalismo preto e livre, publicada em 22 de maio de 2022. Disponível em: <https://x.gd/q6yqe>. Acesso em: 13 jan. 2022.

antropologia social (USP), com pesquisa pós-doutoral em sociologia pela Universidade de Coimbra (2006) e pela Universidade de São Carlos (UFSCar, 2017). Gomes é professora de graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG) e tornou-se conhecida para mim em virtude dos cargos públicos ocupados por ela entre 2015 e 2016, como ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016). Seus livros recentemente publicados, “O movimento negro educador: saberes construídos e lutas por emancipação”, de 2017⁶ e “Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra”, de 2019⁷ são fontes de profícuos debates para o ensino de ciências sociais e para o combate às desigualdades de gênero, de raça e de classe na academia e na sociedade.

⁶ GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos e lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

⁷ GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

5 REFERÊNCIAS

APPIO, Jucelia *et al.* Pesquisa histórica como uma possibilidade à pesquisa em Estudos Organizacionais. **CIAIQ 2017**, v. 3, 2017.

ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco: o crítico penitente. In: BOTELHO, Andre; SCHWARCZ, Lilia M. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 60-73.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen: 2019.

BASTOS, Elide Rugai. A questão social e a sociologia paulista. **São Paulo em perspectiva**, v. 5, n. 1, p. 31-39, 1991.

BASTOS, Elide Rugai. A Construção do debate sociológico no Brasil. **Ideias**, v. 4, p. 287-300, 2013.

BARBOSA, Karine Oliveira. **Virgínia Leone Bicudo**: Trajetória e contribuições aos estudos sobre relações raciais. 2018. Monografia (Graduação) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.

BARBOSA, Karine Oliveira; FERREIRA, Arthur Arruda Leal. Virgínia Leone Bicudo: contribuições aos estudos sobre relações raciais. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 72, n. SPE, p. 66-79, 2020.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Organização Marcos Chor Maio. São Paulo, SP: Sociologia e Política, 2010.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CANDIDO, Antonio. Significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. **Tempo social**, v. 18, p. 271-301, 2006.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CURIEL, Ochy. Entrevista. In: TEIXEIRA, Analba Brazão; DA SILVA, Ariana Mara; FIGUEIREDO, Ângela. **Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curiel**. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 3, n. 4, p. 106-120, 2017.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. Editora Contexto, 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FERNANDES, Florestan. O mito da democracia racial. In: _____. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça branca. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2008. p. 304-327.

FRAGA, Aline Mendonça et al. As diversidades da diversidade: revisão sistemática da produção científica brasileira sobre diversidade na administração (2001-2019). **Cadernos EBAPE. BR**, v. 20, n. 1, p. 1-19, 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2006.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (organização). São Paulo: Zahar, 2020.

FLICK, Uke. Pesquisa qualitativa: por quê e como fazê-la. In: **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HARTOG, François (Org.). **A história de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGHES, Everett C. Institutional office and the person. **American journal of sociology**, v. 43, n. 3, p. 404-413, 1937.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua)**. Disponível em: <https://x.gd/0bdSL>. Acesso em: 08 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Ministério do Trabalho, ano 27, n. 72, out./2021, Brasília. IPEA, 2021.

LIEDKE FILHO, Enno D. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, p. 376-437, 2005.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O pensamento político brasileiro: temas, problemas e perspectivas. In: LYNCH, Christian Edward Cyril; SOUZA, Elixeu Santiago Tavares; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. **Pensamento político brasileiro**: temas, problemas e perspectivas. Curitiba: Appris, 2019, p. 09-40.

MAIO, Marcos Chor. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. **cadernos pagu**, p. 309-355, 2010.

MAIO, Marcos Chor. Guerreiro Ramos interpela a Unesco: ciências sociais, militância e antirracismo. **Caderno CRH**, v. 28, p. 77-90, 2015.

MURILHO DE CARVALHO, José. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Edições Senado Federal, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Nabuco, um diálogo em aberto. **Novos estudos CEBRAP**, p. 39-52, 2010.

PERRUSO, Marco Antonio. Classificações do pensamento brasileiro em perspectiva sociológica. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 211-248, 2021.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de pesquisa**, p. 179-195, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. Introdução. In: GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (organização). São Paulo: Zahar, 2020. p. 9-21.

RIBEIRO, Adelia Miglievich. Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica. **Sociedade e Estado**, v. 26, p. 23-49, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Justificando e Letramento: 2017.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. In: RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 129-153.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. pp. 9-20.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SCHECHTER, Rosa Coutinho. **Um percurso através de Virgínia Leone Bicudo: Marcas, Caminhos e Memórias**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). 2020. Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, 2020.

SCHECHTER, Rosa Coutinho; VIDAL, Paulo Eduardo Viana. O apagamento de Virgínia Leone Bicudo e seus Trabalhos Sociológicos. **Revista TransVersos**, n. 20, p. 86-107, 2020.

SCHWARCZ, Lília M. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 226-239.

SCHWARCZ, Lília Moritz; BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 82, p. 11-16, 2011.

SILVA, Gabriela da Costa. **Pioneirismo e memória**: uma sociobiografia da sociológica negra Virgínia Leone Bicudo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). 2021. Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SOUZA, Maria Angélica Lima de. **Epistemicídio**: o silenciamento de vozes negras nos cursos de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. 2018. 38f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo negro, 2010.

TRAPP, Rafael Petry. História, raça e sociedade. **RTH**], v. 22, n. 2, p. 52-78, 2019.

APÊNDICE A

PLANO DE AULA

Tema: Mundo do trabalho e escolha profissional: a trajetória de Virgínia Leone Bicudo

Objetivo da aula: apresentar a trajetória de Virgínia Leone Bicudo (socióloga e psicanalista) e de Enedina Alaves Marques (professora e engenheira civil), ambas mulheres-negras-brasileiras, pioneiras em seus campos profissionais, e fomentar o debate sobre oportunidades e desafios nos caminhos de uma profissão.

Tempo: 1h40min (4 períodos)

Conteúdo: a trajetória de Virgínia Leone Bicudo e de Enedina Alaves Marques, interseccionada por gênero, raça e classe e os caminhos da escolha de uma profissão.

Desenvolvimento: 1) aulas expositivas dialogadas; 2) pesquisa na internet e construção de infográficos; 3) apresentação e debate.

Primeira aula:

1. Nos 10 minutos iniciais, realizar a chamada e a apresentação da proposta didática.
2. Nos 30 minutos seguintes, apresentar a trajetória de Virgínia Leone Bicudo, com base na reportagem divulgada em 22 de novembro de 2022 pela BBC, intitulada “Virgínia Leone Bicudo: quem foi a psicanalista negra pioneira homenageada pelo Google”.

Imagens e trechos de textos da intelectual também serão mostrados para despertar a curiosidade da turma – tanto sobre a história de Virgínia, como acerca do tempo histórico em que viveu.

3. Nos últimos 10 minutos, debater com as(os) estudantes sobre aproximações e diferenças entre suas trajetórias e a de Virgínia.

Segunda aula:

1. Nos 10 minutos iniciais, realizar a chamada e retomar a discussão da aula anterior.
2. Nos 30 minutos seguintes, apresentar a trajetória de Enedina Alves Marques (1913-1981), com base na reportagem divulgada em 13 de janeiro de 2023 pelo portal de notícias G1, intitulada “Enedina Alves Marques: conheça a primeira engenheira negra do Brasil”.

Filha de lavrador e empregada doméstica, a professora e engenheira civil Enedina se formou em 1945, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, e foi a primeira engenheira do estado do Paraná (PR) e a primeira mulher negra a se formar em engenharia no Brasil. Em 13 de janeiro de 2023, quando completaria 110 anos, a paranaense foi homenageada pelo Google.

3. Nos últimos 10 minutos, debater com as(os) estudantes sobre aproximações e diferenças entre suas trajetórias e a de Enedina.

Terceira aula:

1. Nos 10 minutos iniciais, realizar a chamada e a apresentação da proposta de atividade avaliativa.
2. Nos 10 minutos seguintes, realizar um exercício do tipo “tempestade de ideias”, utilizando da ferramenta digital mentimeter.com, para gerar um mapa de palavras com as intenções profissionais da turma.

- Exemplo de tela interativa no mentimeter.com, elaborada pela professora:



3. Nos 30 minutos seguintes, orientar a turma para a realização dos infográficos.
 - Reunir-se em duplas ou trios;
 - Realizar uma pesquisa utilizando celular, tablet ou computador (laboratório da escola) sobre uma das profissões de interesse da turma.
 - Construir um infográfico contendo: quando e como surgiu a profissão (no mundo e no Brasil); qual a formação necessária para exercer a profissão; quanto é a média salarial no Brasil; minibiografia de uma pessoa considerada destaque nesse campo profissional; se possível, indicadores de gênero e raça da profissão; outras curiosidades encontradas.

Quarta aula:

1. Mediar a apresentação e o debate coletivo sobre a experiência da pesquisa e as descobertas sobre as profissões de interesse da turma.

Referências: Disponíveis completas no Anexo A e no Anexo B.

BBC, matéria de divulgação. **Virgínia Leone Bicudo**: quem foi a psicanalista negra pioneira homenageada pelo Google. Disponível em <https://x.gd/d416i>. Acesso em: 13 jan. 2022.

G1, matéria de divulgação. **Enedina Alves Marques**: conheça a primeira engenheira negra do Brasil. Disponível em <https://x.gd/sspSb>. Acesso em: 13 jan. 2022.

APÊNDICE B

PLANO DE AULA

Tema: RACISMO, SEXISMO E DESIGUALDADE NO BRASIL

Objetivo da aula: discutir as interseções entre racismo, sexismo e desigualdade no Brasil, a partir do pensamento social de mulheres.

Tempo: 1h40min (2 períodos)

Conteúdo: mito da democracia racial brasileira; racismo estrutural; sexismo e silenciamento das mulheres, sobretudo negras; intersecções de racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.

Desenvolvimento: 1) aula expositiva dialogada; 2) indicação de leituras e vídeos; 3) elaboração de mapas mentais; 4) discussão coletiva.

Primeira aula:

1. Nos 10 minutos iniciais, realizar a chamada e a apresentação da proposta didática.
2. Nos 30 minutos seguintes, realizar uma exposição dialogada a partir do pensamento de Lélia Gonzalez, destacando trechos do texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. A turma deve compreender: a noção de democracia racial brasileira como um mito, o conceito de racismo estrutural e sua relação com a desigualdade, o sexismo e o silenciamento das mulheres, sobretudo negras.
3. Nos últimos 10 minutos, questionar as(os) estudantes se conheciam Lélia Gonzalez e se lembram de outra autora negra que tenham estudado na escola.

Segunda aula:

1. Nos 10 minutos iniciais, realizar a chamada e a apresentação da proposta de avaliação. A avaliação consiste em reunir-se em grupos de até 5 estudantes e construir mapas mentais de dois tipos:
 - a) sobre pensadoras brasileiras (as que foram apresentadas e outras encontradas pelas/os estudantes), contendo minibiografia, obras e conceitos importantes, como exercício de pesquisa documental.
 - b) sobre racismo, sexismo e desigualdade, como exercício de pesquisa a partir de dados secundários disponíveis.
2. Durante os 40 minutos da aula, orientar a turma para realizar a atividade avaliativa, que deverá ser entregue e apresentada na aula seguinte.

Para complementar a discussão da sala de aula, é indicado que as(os) estudantes assistam:

Documentário “A cor do trabalho”

O documentário A Cor do Trabalho é parte de um conjunto de ações desenvolvidas pela Setre desde 2007, entre as quais está o Edital de Apoio à Economia Solidária de Matriz Africana, cujo objetivo é fortalecer e valorizar, de forma permanente, as raízes históricas do povo negro, nos aspectos sociais, econômicos, culturais, étnicos, religiosos e políticos.

Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=LIXQDjbDtZE>

Conversas com Djamila Ribeiro

“Precisamos romper com os silêncios” – Ted Talks

Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=6JEdZQUmdbc&t=202s>

"Lugar de fala não é impedir alguém de falar, é dizer que outra voz precisa falar"

Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=bffEFMXH6FM>

Referências:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen: 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Justificando e Letramento: 2017.

ANEXO A – Matéria da BBC sobre a homenagem do Google para Virgínia Leone Bicudo, em novembro de 2022

Virgínia Leone Bicudo: quem foi a psicanalista negra pioneira homenageada pelo Google

21 novembro 2022

Doodle do Google sobre Virgínia Leone Bicudo



DIVULGAÇÃO

Legenda da foto

Virgínia Leone Bicudo é a homenageada do Google nesta segunda-feira (21)

Nascida em 21 de novembro de 1910, a paulistana Virgínia Leone Bicudo foi pioneira nas várias áreas em que atuou.

Ela foi a primeira não-médica a ser reconhecida como psicanalista. Fundou sociedades de especialistas no tema em São Paulo e em Brasília. Se tornou uma das primeiras professoras universitárias negras do país. E publicou alguns dos artigos fundadores sobre as relações raciais e o racismo.

No que seria o aniversário de 112 anos da pesquisadora, o Google fez uma homenagem a ela na página principal do buscador.

Primeiros anos e formação

Bicudo nasceu na cidade de São Paulo, filha de Theofilo Bicudo, descendente de africanos escravizados que sonhava em ser médico, e Giovanna Leone, imigrante italiana que trabalhava como empregada doméstica.

Estudou na Escola Normal Caetano de Campos, também na capital paulista, e foi a única mulher a obter o bacharelado em ciências sociais na Escola Livre de Sociologia e Política, em 1938, segundo a Folha de S. Paulo.

Em 1945, ela defendeu uma tese de mestrado sobre as questões raciais do Brasil, um dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre o assunto do qual se tem notícia.

Já formada, Bicudo fez parte dos grupos de estudos que deram origem à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, entidade da qual ela foi diretora nos anos 1960 e 1970.

Ela também foi a primeira não-médica a ser reconhecida como psicanalista no país e se tornou uma das primeiras professoras universitárias negras, com aulas ministradas na Universidade de São Paulo, na Santa Casa e na Escola Livre de Sociologia e Política.

Numa entrevista à Folha, em 1994, a especialista disse que escolheu estudar psicologia para se proteger do preconceito.

A mistura entre sociologia e psicanálise, inclusive, deu o tom de todo o trabalho de Bicudo.

A tese de mestrado que ela escreveu, intitulada Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo, leva em conta as noções de subjetividade e inconsciente, inauguradas nos escritos de Sigmund Freud.

No caminho inverso, ela sempre tentou demonstrar como o racismo impactava a vida psíquica e a saúde mental das pessoas.

Difusão de conhecimento

No final dos anos 1940, Bicudo também integrou a equipe de pesquisadores do "Projeto Unesco de Relações Raciais", de acordo com um texto publicado no site da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

A iniciativa reuniu grandes acadêmicos do país, como Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Aníela Ginsberg, Luiz de Aguiar Costa Pinto e René Ribeiro, "no contexto da definição de uma agenda antirracista, sob o impacto do nazismo, da persistência do racismo e do processo de descolonização africano e asiático".

"O Brasil era considerado um contra-exemplo em matéria de racismo, em perspectiva comparada com a experiência internacional, notadamente os EUA e a África do Sul do pós-2ª Guerra", contextualiza a SBS.

Bicudo desafiou a tese em voga à época de que o Brasil seria uma "democracia racial", ou seja, um país mais tolerante e sem preconceitos.

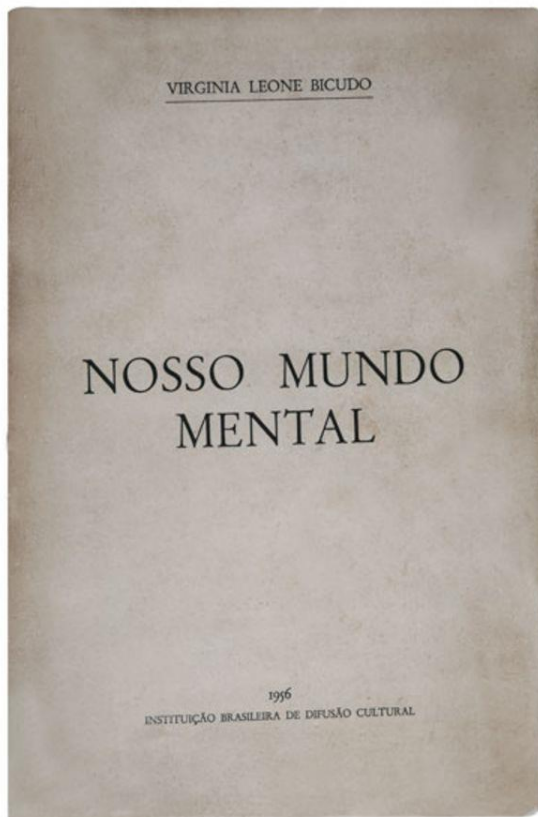
A psicanalista também se notabilizou pelo esforço de explicar conceitos da área para o público geral e para as pessoas que não eram especialistas.

No início da década de 1950, ela idealizou um programa transmitido pela Rádio Excelsior que fez muito sucesso.

Pouco tempo depois, ela assinou uma série de 22 textos no jornal Folha da Manhã.

A coluna, que ganhou o nome de Nosso Mundo Mental, tentava levar a psicanálise aos debates públicos — e ganhou destaque até nas manchetes de capa das edições em que foi publicada.

De acordo com a Folha de S. Paulo, tanto os episódios transmitidos pela rádio quanto os artigos da professora falavam sobre temas como maternidade, educação das crianças, amor, ciúme e medos.



DIVULGAÇÃO

Legenda da foto

Os textos que Bicudo escreveu para o jornal foram depois compilados num livro

Em 1955, Bicudo mudou-se para a Inglaterra, onde foi estudar a psicanálise infantil.

De acordo com o site Google Discovery, durante o período no exterior, ela chegou a transmitir pela BBC palestras para divulgar entre os brasileiros o trabalho que estava fazendo.

De volta ao Brasil, nos anos 1960, Bicudo foi morar em Brasília, que havia se tornado a capital do país há pouco tempo.

Ela estava interessada em estudar as relações entre psicanálise e poder — e chegou a atender e ter reuniões com muitos políticos.

No Distrito Federal, a psicanalista ainda ajudou a fundar a Sociedade de Psicanálise de Brasília.

Bicudo morreu em 2003, aos 93 anos, na cidade de São Paulo.

- Este texto foi publicado em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63704390>

ANEXO B – Matéria do portal G1 sobre Enedina Alves Marques, homenageada pelo Google em janeiro de 2023

Enedina Alves Marques: conheça a primeira engenheira negra do Brasil

Filha de lavrador e empregada doméstica, a engenheira civil se formou em 1945, na UFPR, em Curitiba. Em 13 de janeiro de 2023, quando completaria 110 anos, a paranaense foi homenageada pelo Google.

Por g1 PR — Londrina
13/01/2023 10h06



Enedina Marques é a primeira engenheira negra do Brasil; ela se formou na UFPR — Foto: Artes/ g1

Filha de um lavrador e uma empregada doméstica, Enedina Alves Marques foi a primeira engenheira negra do Brasil. Ela se formou em engenharia civil em 1945, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, e foi homenageada pelo Google nesta sexta-feira (13) quando completaria 110 anos.

Mesmo diante de diversos percalços no caminho, a paranaense não desistiu da educação. Na adolescência, se dividia entre o trabalho e os estudos. Aos 32 anos, se graduou.

A história da mulher guerreira foi inspiração para um livro infantil escrito pela professora pós-doutora em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos, Lindamir Salete Casagrande.

Casagrande explica que o contexto histórico em que a engenheira viveu torna o pioneirismo dela ainda mais relevante.

"A universidade não era pensada para mulheres e nem para pretos. Pense: foi uma mulher preta, pobre, filha de escravos libertos que sobreviveu em uma turma com homens brancos da elite. Foi uma batalha muito árdua e significativa."

Na própria família, a engenheira foi inspiração. A sobrinha Lizete Marques, de 84 anos, disse que a tia Enedina serviu de exemplo.

A sobrinha insistiu na educação e se formou como professora de Educação Física, profissão que seguiu a vida toda.

"A vida dela não foi fácil. Ela lutou muito para se formar. Foi a única dos sete irmãos, todos homens. Ela era a única mulher. Eles todos trabalhavam e ela foi a única que estudou. Só que antigamente o estudo não era valorizado como é agora", contou.

Grandes obras de Enedina Marques



Enedina Alves Marques foi a primeira mulher negra a se formar em engenharia no Brasil — Foto: Acervo/Arquivo Público Municipal Maria da Glória Foohs

Durante a trajetória, Enedina colaborou com diversas obras significativas no Paraná. Uma delas foi a Usina Capivari-Cachoeira, que é a maior central hidrelétrica subterrânea do sul do Brasil, e atualmente é chamada de Usina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, em Antonina.

De acordo com a professora pós-doutora em filosofia contemporânea Maria Rita de Assis César, a biografia de Enedina indica o quanto precisou ser firme para conquistar o espaço que era dela por direito.

"Imagine o que significa uma mulher negra tocar a obra da usina em um campo no meio do mato? Como dizem, é bem provável que ela carregasse um revólver na cintura, e que de vez enquanto ela desse uns tiros para o alto. Era uma necessidade muito grande de se fazer respeitar."

Oportunidade

De acordo com Lindamir, a trajetória de Enedina foi possível por causa das oportunidades que ela teve ao longo do caminho e por saber aproveitá-las, com dedicação e inteligência.

"Nascida em Curitiba, fez toda formação em Curitiba, com muita luta e algumas oportunidades. A gente não pode esquecer disso, porque se não, vai cair naquela história da meritocracia: 'Olha, se esforçando todo mundo consegue'. Não. Ela se esforçou muito, ela tinha capacidade, mas ela teve oportunidade."



Enedina quando era professora no Paraná, ao lado das colegas
Foto: Acervo/Arquivo Público Municipal Maria da Glória Foohs

Segundo a biografia da engenheira, durante a infância, Enedina ajudava a mãe com o serviço doméstico, na casa do militar Domingos Nascimento, em troca de estudos.

"A primeira oportunidade foi dada pelo patrão da mãe dela que matriculou ela em uma escola, porque se ele não tivesse feito isso, ela não teria como ter essa trajetória tão bacana e tão importante para a sociedade."